



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG

PROCURADORIA GERAL

Processo Administrativo Pregão Presencial nº 23/2017

Órgão solicitante: Comissão Pregão/Secretaria Municipal de Administração

Sra. Pregoeira

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria (fls. 577) vem esta Procuradoria opinar na forma seguinte:

1 - Questionamentos sobre a mensuração do atestado de capacidade técnica ser somente por km/mês ou por horas trabalhadas.

Toda licitação deve ter critérios objetivos explícitos no edital para que a comissão julgadora possa, sem interferências subjetivas, efetuar os julgamentos necessários.

No caso, a aferição da capacidade técnica deverá ser por km/mês e não por hora trabalhada conforme determinado pela SEINF, uma vez que a aferição deverá ser objetiva.

Querer apresentar um atestado por hora trabalhada será um tanto quanto subjetivo, pois a varrição de rua é delimitada por área e não por número de horas trabalhadas pelos varredores.

O Município quer aferir a capacidade técnica da limpeza em km varrido e limpo e não por hora trabalhada, pois a hora trabalhada é subjetiva para cada varredor e objetiva quando se mensura por área varrida e limpa.

Nestes termos o entendimento do nosso colendo TCE/MG acerca da objetividade necessária em um edital de licitação:

“[Princípio da competitividade. Critérios objetivos em editais de licitação.] Com efeito, a objetividade dos termos que são inseridos nos editais de licitação é essencial para que não se dê margem a interpretações que tenham o potencial de afastar licitantes com condição para executar satisfatoriamente o objeto pretendido, de modo a se macular o princípio da maior competitividade possível. O Tribunal de Contas da União recomenda que



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG

PROCURADORIA GERAL

o gestor envide esforços de modo a limitar as exigências editalícias ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e a definir de maneira clara os critérios para avaliação dos documentos habilitatórios e das propostas apresentadas pelas licitantes, evitando restrição ao caráter competitivo do certame e julgamento subjetivo na elaboração de seus editais de licitação, em cumprimento ao art. 37, XXI, da Constituição Federal e aos arts. 3º, 27-31, 40, VII, 44, caput e § 1º, e 45 da Lei n. 8.666/1993. (Acórdão n. 110/2007 Plenário)[...][Denúncia n. 812.054. Rel. Conselheiro Sebastião Helvecio. Sessão do dia 27/09/2011]”

Ademais, se a própria empresa impugnante fez a conversão de horas para kilometro, ela é capaz de apresentar um atestado conforme exigido no edital.

S.M.J., é o parecer.

Patos de Minas-MG, 22 de maio de 2017.

André Luiz Costa Martins Wilson
Advogado
OAB-MG 64757